



**CV INTERILHAS**

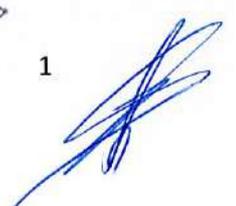
# Relatório e Contas 2019



**GRUPO ETE**

## RELATÓRIO E CONTAS DE 2019

1. EMPRESA E ORGÃOS SOCIAIS
2. ESTRUTURA ACIONISTA
3. ENVOLVENTE EXTERNA
4. FACTOS RELEVANTES
  - a. Atividade operacional
  - b. Atividade comercial
5. DESEMPENHO EMPRESARIAL
  - a. Análise dos resultados
  - b. Proveitos operacionais
  - c. Custos operacionais
  - d. Resultado operacional
  - e. Resultado líquido
  - f. Indicadores de desempenho
  - g. Contributo fiscal
6. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
7. EVENTOS SUBSEQUENTES
8. EVOLUÇÃO PREVISIVEL/PERSPECTIVAS PARA 2020
9. AGRADECIMENTOS
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
13. PARECER DO FISCAL ÚNICO

  
1  


## **1. EMPRESA E ORGÃOS SOCIAIS**

A CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A. foi constituída a 8 de abril de 2019 e a 20 de junho de 2019 foi deliberado o aumento de capital social de ECV25.500.000 para ECV50.000.000 e a entrada dos novos acionistas que compõem hoje o capital social.

Os órgãos Sociais da CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A., têm a seguinte composição:

### **Conselho de Administração**

#### *Presidente*

Gonçalo Muller Sousa Andrade Delgado

#### *Administradores*

Luis Antonio Olim Vieira Víula

Paulo Jorge da Silva Lopes

#### *Administrador Suplente*

Pedro Baptista Esteves Virtuoso

### **Administrador Delegado**

Paulo Jorge da Silva Lopes

### **Fiscalização**

*Fiscal Único - Jenny Palmira oliveira Vera-Cruz*

*Fiscal Único – Suplente – Éder Patrick Cardoso Lisboa*

### **Mesa de Assembleia Geral**

*Presidente - Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque*

*Secretário - Dulce Sofia Dupret Fonseca*

### **Comissão Remunerações**

Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas



2

Leida Helena Mauricio dos Santos Freire de Andrade

Vitor Hugo Correia Alferes

## 2. ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social é de Cinquenta Milhões de Escudos, totalmente realizado, representado por 50.000 ações com o valor nominal de 1.000\$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

ENTIDADE	nº Ações	%
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares SA	17 850 000	35,70%
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde	7 650 000	15,30%
Polaris CIA-Companhia Nac. de Naveg.,SA	4 840 000	9,68%
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda	1 360 000	2,72%
Biniline-Soc. Unipessoal, Lda	2 420 000	4,84%
Oceanmade Lda	2 420 000	4,84%
UTM União de Transportes Marítimos, Lda	2 420 000	4,84%
Jô Santos & David, Lda	2 420 000	4,84%
José Eduardo Lopes Spencer	2 420 000	4,84%
José Augusto Gomes Lima	2 420 000	4,84%
Adriano António Lima	2 420 000	4,84%
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda	1 360 000	2,72%
<b>Total</b>	<b>50 000 000</b>	<b>100,00%</b>

## 3. ENVOLVENTE EXTERNA

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento e o FMI, a performance económica em Cabo Verde manteve-se forte em 2019 com o crescimento do PIB no 1º semestre de 5,7%, prevendo encerrar o ano com um crescimento próximo dos 5%, graças a uma atividade robusta da indústria, pescas, comércio e turismo. O deficit fiscal reduziu para menos de 3% do PIB em 2018 e a dívida pública caiu de 128.4% do PIB em 2016 para 123.9% em 2018 e previa-se que reduzisse para cerca de 98.5% do PIB até 2023. O deficit da conta corrente também diminuiu em resultado do aumento das exportações e diminuição das importações, com as reservas internacionais a cobrir mais de 5 meses de bens e serviços, enquanto a inflação anual se manteve baixa, em torno dos 2%.

Em contrapartida, a redução do investimento público devido à consolidação fiscal limitou os investimentos em infraestruturas para acelerar a diversificação económica. A melhoria da conectividade entre ilhas e a redução das tarifas elétricas são dois dos principais desafios para melhorar a competitividade das empresas locais nas cadeias de valor globais e promover o crescimento da produção industrial.

3

## 4. FACTOS RELEVANTES

### 4.1 OPERACIONAIS

A operação da CV Interilhas iniciou-se dia 15 de agosto com quatro navios. A 19 de setembro juntou-se o quinto navio à frota .

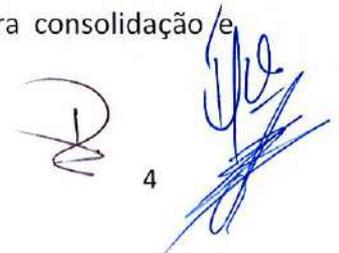
Na primeira semana de outubro o navio Praia D'Aguada, fez uma docagem obrigatória para reparação e renovação dos seus certificados e no dia seguinte o Kriola sofreu uma grande avaria no veio da hélice que o imobilizou por vários meses. Na segunda semana do mesmo mês foi a vez do Liberdadei docar com avarias no casco e máquinas. Para responder rapidamente a estas imobilizações simultâneas, que nos reduziram a frota a 40% da capacidade, afretamos na última semana do mês de outubro, em regime de time charter por um período de 6 meses, o HSC San Gwann, um moderno ropax de alta velocidade.

Na primeira semana de dezembro saiu dos estaleiros da Coreia do Sul em direção a Cabo Verde o novo navio que irá substituir o Interilhas na ligação de maior tráfego (SV-SA), um moderno ropax de grande capacidade construído em 2019, também afretado em regime de casco e que se espera que inicie a operação em março de 2020.

A operação pautada pela ligação de todas as ilhas do arquipélago com regularidade, previsibilidade, rapidez e segurança tem de forma geral cumprido os horários, ressaltando-se que a maior parte dos atrasos foram devidos a razões alheias à CV Interilhas, tratando-se normalmente de impedimentos por parte de autoridades e no mês de outubro, justificados pela imobilização de parte da frota, por necessidade de se dar prioridade à carga para prover bens essenciais à população. De modo geral a prioridade dada aos passageiros no que respeita ao cumprimento de horários e à regularidade do serviço tem resultado num índice de satisfação bastante elevado por parte das populações, apesar da turbulência verificada na linha SV SA durante as primeiras semanas de operação causada pelas perturbações do processo de mudança de sistemas no período de maior procura de passageiros e viaturas, mas que foi prontamente resolvido.

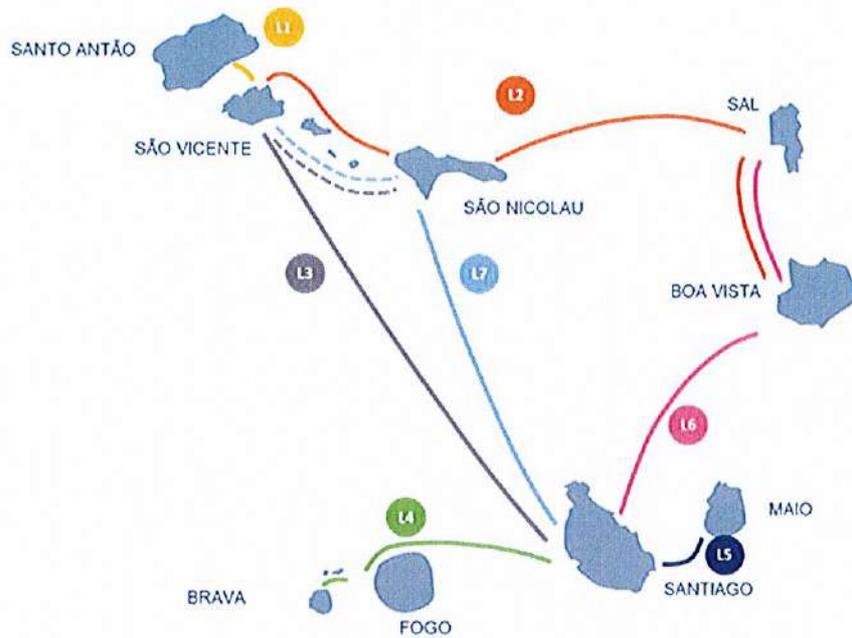
Desde o arranque da operação efetuaram-se 1.775 viagens, atingindo-se uma taxa de realização de 97% face aos objetivos, afetada pelos imprevistos anteriormente referidos e parcialmente compensada pelas viagens adicionais realizadas na ligação SV-SA durante o mês de agosto e setembro.

Para dar suporte à operação de transporte inter-ilhas no principal porto de expedição de mercadorias, alugou-se e equipou-se o armazém D do porto da Praia, com uma área de 2.300 m<sup>2</sup>, bem como o terra-pleno contíguo. Com objetivo semelhante embora em menor escala, operacionalizou-se um espaço de armazenagem na cidade do Mindelo para consolidação e desconsolidação de cargas.



4

## LINHAS



### PASSAGEIROS POR LINHA

16 AGO a 31 DEZ 2019

LINHA		PASSAGEIROS EMBARCADOS	
Linha 1	SV – SA	153 613	70,5%
Linha 2	SV – SN – SL – BV	14 657	7%
Linha 3	ST – SV	2 903	1%
Linha 4	ST – FG – BV	21 027	10%
Linha 5	ST – MA	16 252	7%
Linha 6	ST – BV – SL	8 079	4%
Linha 7	ST – SN	1 073	0,5%

**TOTAL 217 604**

5

## Passageiros 16 agosto - 31 dezembro

ORIGEM	Ago – Dez 2019	Ago – Dez 2018 <small>COMO: 2018/2018</small>	Diferença	%
SANTO ANTÃO	77 415	65 112	12 303	19%
SÃO VICENTE	82 687	66 884	15 803	24%
SÃO NICOLAU	5 147	3 103	2 044	66%
SAL	5 045	2 551	2 494	98%
BOAVISTA	4 047	840	3 207	382%
MAIO	7 921	6 652	1 269	19%
SANTIAGO	21 178	17 054	4 124	24%
FOGO	9 543	9 129	414	5%
BRAVA	4 621	4 832	-211	-4%
<b>TOTAL</b>	<b>217 604</b>	<b>176 155</b>	<b>41 449</b>	<b>24%</b>

Notável foi o crescimento de 24% (+41.499) no tráfego de passageiros relativamente a igual período do ano anterior, evidenciando a eficácia do projeto. Boavista, Sal e São Nicolau são as ilhas com maior crescimento relativo embora o maior contributo em valor absoluto se concentrou na ligação entre S.Vicente e S.Antão.

Carga 2019 vs. EVEF período homólogo  
16 agosto - 31 dezembro

ORIGEM	# viaturas	ton Viaturas	ton Carga Geral	Ton TOTAL	EVEF Y1	Diferença	%
Santo Antão	6 583	17 840	1	17 841	5 523	12 318	223%
São Vicente	6 861	18 593	901	19 495	19 600	-105	-1%
São Nicolau	217	588	207	795	1 183	-388	-33%
Sal	64	173	73	246	2 150	-1 904	-89%
Boavista	121	328	22	350	638	-288	-45%
Maio	0	0	645	645	675	-30	-4%
Santiago	1 251	3 390	7 503	10 894	23 438	-12 544	-54%
Fogo	837	2 268	63	2 331	3 010	-679	-23%
Brava	297	805	57	862	871	-9	-1%
<b>Total</b>	<b>16 231</b>	<b>43 986</b>	<b>9 473</b>	<b>53 459</b>	<b>57 087</b>	<b>-3 629</b>	<b>-6%</b>

(\*) EVEF – Estudo de viabilidade económico financeira

Enquanto nos passageiros ficamos acima do realizado no ano anterior e muito acima dos objetivos, já na carga com um objetivo muito ambicioso, ficamos a 6% do volume ambicionado.

6



## 4.2 COMERCIAIS

Iniciou-se a operação com 13 agências a nível nacional, na sua maioria também agentes de navegação, alargando-se gradualmente a rede até as atingirmos os 38 pontos de venda no fim do ano.

Ainda em Agosto lançou-se o serviço de venda *on-line* e iniciou-se o aviso aos passageiros por SMS, acrescentando-se mais tarde aos serviços uma linha de atendimento disponível 12 horas por dia, 7 dias por semana.

Um novo sistema integrado de bilhética em tempo real baseado numa plataforma de cloud computing, foi implementado de forma faseada nas várias ilhas.

Contrataram-se 89 tripulantes, mantendo-se os postos de trabalho anteriores com uma subida salarial em média de 20%.

Em setembro, adicionaram-se 22 pontos de venda à rede de agências, totalizando 33 agências a nível nacional.

## 5. DESEMPENHO EMPRESARIAL

### a. Análise dos resultados

Durante o ano de 2019, primeiro período de atividade da empresa, os resultados foram influenciados do lado dos gastos pela docagem imprevista do KRIOLA e docagem programada do PRAIA D'AGUADA, e do lado dos rendimentos pela indemnização compensatória derivada da obrigação de serviço público. Entretanto, a parte da indemnização, correspondente à compensação dos prejuízos, ficou abaixo do previsto no estudo de viabilidade económica e financeira da concessão de transporte marítimos de passageiros e carga inter-ilhas.

### b. Proveitos operacionais

Em 2019, os rendimentos operacionais registaram o montante de CVE 750.820.247, merecendo destaque as seguintes rubricas:

- Prestação de serviços no montante de CVE 452.769.131, relacionados com as tarifas cobradas no transporte de passageiros e carga;
- Subsídio à exploração no valor de CVE 252.062.350, correspondente à estimativa de indemnização compensatória que, no quadro do contrato de concessão, a sociedade tem direito pela obrigação de prestação de serviço público, destinada a cobrir o deficit de exploração do serviço publico;

Handwritten signatures and a date '7'.

- Remuneração da concessionária no montante de CVE 45.341.627 a ser atribuída pela concedente pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária.

Rubrica	2019	Peso
Vendas	647 140	0,1%
Serviços prestados	452 769 131	60,3%
Subsídios à exploração	252 062 350	33,6%
Remuneração da concessionária	45 341 627	6%
<b>Total</b>	<b>750 820 247</b>	<b>100%</b>

### c. Custos operacionais

Os gastos em afretamentos, combustíveis, conservação e reparação, pessoal e despesas portuárias, representam 80% do total de custos operacionais, que cifraram em CVE 705.478.622

Rubrica	2019	Peso
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	129 861 792	18,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	471 605 274	66,8%
Gastos com Pessoal	89 557 425	12,7%
Outros Gastos	1 126 606	0,2%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	783 739	0,1%
Juros e gastos similares suportados	12 543 787	1,8%
<b>Total Gastos</b>	<b>705 478 622</b>	<b>100,0%</b>

Os gastos com matérias primas, subsidiária e consumo no valor de CVE 128.396.688, representam, na sua totalidade, os gastos de aquisição de combustíveis para os navios.

No que se refere aos gastos com fornecimentos e serviços externos, o valor cifrou-se em CVE 471.605.274, com destaque para as seguintes rubricas:

- Os gastos de afretamento dos 6 navios atualmente afetos á concessão, no montante de CVE 162.336.818, sendo que o fretamento do navio San Gwann para substituição do KRIOLA, teve um impacto significativo no valor registado.
- Os gastos de conservação e reparação dos navios da frota no valor CVE 92.748.623. De referir que as docagens do PRAIA D'AGUADA e do KRIOLA, respondem por cerca de 82% dos gastos registados nesta rubrica.
- As despesas portuárias relacionadas com serviços prestados à Carga e aos Navio pela ENAPOR e pelo IMP, no montante de CVE 69.493.241.

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de CVE 89.557.425, representam os gastos

com salários, segurança social, seguros e outros, dos 142 colaboradores, sendo na sua maioria tripulantes, contratados durante 2019.

#### d. Resultado operacional

A sociedade registou um resultado operacional positivo de CVE 57.885.413, consequência do reconhecimento da indemnização compensatória e da remuneração da concessionária para 2019 no valor total de CVE 297.403.977.

#### e. Resultado líquido

o Resultado Líquido do exercício é positivo no valor de CVE 34.961.156, considerando os efeitos dos gastos financeiros no montante de CVE 12.543.787 e do imposto sobre o rendimento no valor de CVE 10.380.471

#### f. situação financeira

No final de 2019 a posição patrimonial da sociedade apresenta como se segue:

RUBRICAS	Datas
	31/12/2019
Ativo não corrente	63 640 630
Ativo corrente	584 282 744
<b>Total do ativo</b>	<b>647 923 374</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>84 961 156</b>
Passivo não corrente	0
Passivo corrente	562 962 218
<b>Total do Passivo</b>	<b>562 962 218</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>647 923 374</b>

#### G. Operações com partes relacionadas e remunerações dos órgãos sociais e auditores

Os principais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se evidenciados na Nota 24 do Anexo às demonstrações financeiras.

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais e auditores externos sumarizam-se como segue:

#### Conselho de Administração

Os administradores durante o ano de 2019 não auferiram qualquer remuneração.

**Órgão de Fiscalização**

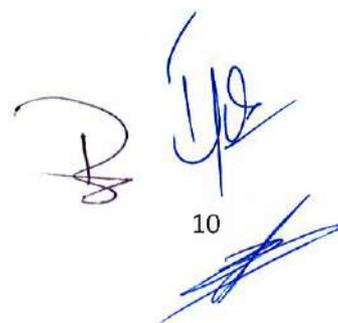
O montante anual auferido pelos membros do Órgão de Fiscalização ascendeu a 400.000 CVE

**Auditor externo**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, os honorários com serviços de Revisão Legal de Contas, ascenderam a 820.000 CVE.

**H. Indicadores de desempenho****INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS 2019**

Rubricas	2019
<b>RESULTADOS</b>	
Volume do Negocios	453 416 270
EBITDA	58 669 152
Resultados Operacionais	57 885 413
Resultado Antes de Impostos	45 341 627
Resultados Líquidos	34 961 156
Contributo Fiscal	36 605 241
<b>INDICADORES DE RENDIBILIDADE</b>	
ROA	5,4%
ROS	7,7%
EBITDA MARGIN	12,9%
EBIT MARGIN	12,8%
<b>INDICADORES DE LIQUIDEZ</b>	
Liquidez Geral	1,22
Liquidez reduzida	1,18
liquidez imediata	0,28
Prazo Médio de Cobranças (dias)	39
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	65
<b>INDICADORES DE SOLVABILIDADE</b>	
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	75%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	0,13
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	0,15
Cobertura dos encargos financeiros	4,68
<b>OUTROS INDICADORES</b>	
Compensação média anual por passageiro (ECV)	1 367
Numero de passageiros transportados	217 604



10

## 6. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

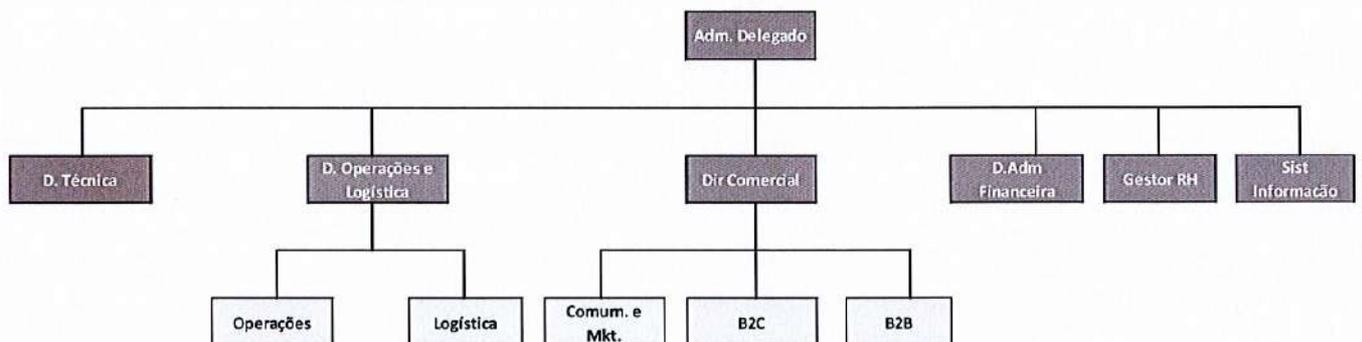
### Caracterização

A CV Interilhas tem uma estrutura organizativa constituída por uma Administração, Direções (Direção Comercial, Direção Financeira, Direção Técnica, Direção de Operações e Logística), e ainda pelas áreas de suporte da Direção Recursos Humanos e Direção de Sistemas de Informação, sendo estas últimas e a direção técnica apoiadas pela estrutura corporativa do grupo do acionista maioritário.

**Trabalhadores por Função**

Funções	nº
Direção	4
Gestão	5
Backoffice e admin	10
Operacionais Cais/Arm	17
Estagiarios	3
Tripulantes	101
<b>Total</b>	<b>140</b>

### Organograma



### Contratação

A estrutura organizacional e dos recursos humanos foi um dos grandes desafios do projeto e um dos vetores prioritários de atuação da Empresa. Desde o início das operações a 15 de agosto do corrente ano, foram contratados 140 trabalhadores, sendo

**Trabalhadores por Nacionalidade**

	Mar	Terra	Total
Cabo Verde	101	36	<b>137</b>
Outras	0	3	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>39</b>	<b>140</b>

101 tripulantes e 39 profissionais de terra. Noventa e oito por cento dos trabalhadores contratados são Cabo-Verdianos, com muita experiência no setor dos transportes marítimos, oriundos dos armadores nacionais e não só.

De forma a garantir o menor impacto social do projeto, assegurou-se que a quase totalidade dos trabalhadores dos proprietários das embarcações afretadas pela CV Interilhas fossem absorvidos pela nova organização. Do total dos 140 trabalhadores contratados, 117 tiveram origem nos anteriores operadores.

Nº Trabalhadores absorvidos na CVI	Nº Trabalhadores absorvidos pelo setor Público	Nº Trabalhadores dispensados
117	8	2



### Desenvolvimento de Recursos Humanos

Neste âmbito foram desenvolvidas ações centradas na integração de uma nova equipa da estrutura organizacional, definidas novas atribuições, ministradas ações de formação e capacitação para os trabalhadores. Estamos centrados na certificação dos profissionais de bordo, por forma a elevar o grau de capacitação. Especial atenção igualmente às novas gerações de oficiais e não oficiais, através de parcerias de formação e integração com Instituições Náuticas. Foi desenvolvido um plano de formação, permitindo acompanhar 16 estagiários e praticantes de náutica.

### Formação

Sendo a formação profissional um dos vetores prioritários de atuação da empresa, identificaram-se as carências formativas mais prementes e orientamos a ação para o pessoal de mar. Neste âmbito, efetuaram-se vários cursos de formação na UNICV para certificação STCW de 40 tripulantes.

### Movimentação

Ao longo deste exercício, tivemos 9, colaboradores que deixaram de fazer parte da lista de pagamentos. 3 por rescisão do contrato por parte do trabalhador e 6 por parte da entidade empregadora.

#### Movimentação de Pessoal

	Mar	Terra	Total
Entradas	108	41	149
Saídas	-7	-2	-9
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>39</b>	<b>140</b>

## Idade



A idade média dos trabalhadores é de 43 anos, sendo a idade média dos tripulantes superior em 7 anos relativamente à dos colaboradores que trabalha em terra.

A equipa demonstra estar motivada e dedicada no desempenho das suas funções, refletindo esse fator na assiduidade e pontualidade dos trabalhadores. Em 6 meses registámos 10 faltas justificadas e 6 faltas não justificadas.

## Género

Um terço dos colaboradores são mulheres, sendo essa percentagem mais baixa entre os trabalhadores de bordo. Esta tendência tende a subir, verificando-se ultimamente mais contratação de mulheres nas tripulações. Contamos com 33 mulheres e 107 homens.

## Diversidade no ambiente de trabalho

A empresa tem trabalhado num clima Organizacional multicultural, não só pela diversidade de nacionalidades presentes, mas também na existência de trabalhadores de todas as ilhas de Cabo Verde. Esta característica tem aportado mais criatividade às equipas e um contido índice de rotatividade na empresa.

## 7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dando cumprimento ao estipulado no contrato de concessão e ao plano de substituição dos navios da frota, a Empresa assinou, em janeiro de 2020, o contrato de afretamento do navio ropax Chiquinho BL, construído em 2019, com capacidade para 430 passageiros e velocidade de 15 nós.

A pandemia da Covid-19 levou a uma interrupção abrupta do funcionamento da economia, o que tem causado efeitos nas empresas a nível mundial, não sendo Cabo Verde uma exceção.

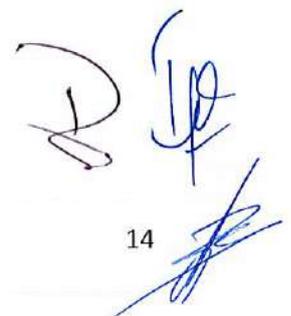
Os negócios e transações das empresas podem ser afetados dada a sua exposição a mercados com maior risco ou a setores económicos onde a infeção por Covid-19 tem efeitos mais notórios. As interrupções do circuito económico, as limitações de fornecimento de bens e serviços, os incumprimentos contratuais, a diminuição de receitas e de liquidez, entre outros, são circunstâncias que podem também alterar as expetativas das empresas no que respeita à sua situação económica e financeira.

Relativamente à CVI, os efeitos da pandemia também já se começam a sentir. Registou-se em meados de março de 2020 uma quebra de movimento na ordem de 10% nas viaturas e 20% em passageiros.

As medidas impostas pelo Governo em limitar inicialmente a lotação dos navios a 50% da sua capacidade e, posteriormente, a suspensão do transporte de passageiros irá acentuar aquela redução no que respeita aos passageiros. No que concerne ao movimento de carga, não é expectável que venha a sofrer interrupções, dado ser fundamental que as populações mantenham o abastecimento de bens essenciais.

A Empresa está a analisar os possíveis impactos que decorram deste assunto, nomeadamente a possível suspensão total do tráfego de passageiros. Esta análise inclui a robustez da tesouraria da Empresa e a possibilidade de recurso a fontes de financiamento em caso de necessidade. Contudo, estima-se que o impacto, ainda que venha a ser material, não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.



14

## 8. EVOLUÇÃO PREVISIVEL/ PERSPECTIVAS PARA 2020

Apesar da imprevisibilidade das projeções crescimento do PIB de 5% para 2020-21, impulsionado pela indústria, pesca, comércio e turismo. Prevê-se que Cabo Verde aposte na sua economia azul, melhorando o sistema de transporte e infraestrutura logística para desenvolver uma economia mais diversificada. A privatização da Cabo Verde Airlines em março de 2019 e a entrada em operação de agosto de 2019 da concessionária de transporte marítimo (Cabo Verde Inter-ilhas) foram passos na direção certa para aprimorar a integração do mercado e melhorar o fluxo de mercadorias e pessoas. Os planos para adotar a tarifa externa comum da CEDEAO e aderir à futura moeda única regional (eco) podem aumentar o comércio intra-regional.

O turismo contribui já com 21% do PIB, e esperava-se receber cerca de 1 milhão de turistas em 2020, não fosse o impacto negativo, que já é notável, do Covid-19. Os grandes hotéis e resorts importam mais de 80% de suas necessidades de alimentos e bebidas, com um custo anual próximo de US \$ 29 milhões. Espera-se que de futuro o turismo beneficie dos investimentos em novas infraestruturas, nomeadamente a construção do porto da ilha de Maio e o corredor de transporte multimodal regional Praia – Dakar – Abidjan.

A adequação da infraestrutura logística para apoiar o transporte intermodal e melhorar a movimentação de cargas entre as ilhas, a redução da dependência do turismo e das remessas, a mitigação dos riscos climáticos e a melhoria da qualificação dos recursos humanos de que o setor privado carece, são alguns dos desafios do futuro próximo.

## 9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da CV Interilhas manifesta o seu reconhecimento às autoridades marítimas, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, ao Instituto Marítimo Portuário e a Polícia Marítima, pela colaboração e apoio prestado.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos acionistas, aos trabalhadores de terra e do mar, bem como a todos os que tornaram possível a realização deste projeto.

A CV Interilhas agradece, ainda, ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrado neste importante momento da sua existência.



15

**10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

No exercício económico de 2019, a CV Interilhas gerou Resultados Líquidos de 34.961.156\$00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e seis escudos). Em cumprimento dos artigos 72º, 252º e 254º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral dos Acionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos:

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Reservas legais	2.500.000\$00	7.15%
Dividendos	32.461.156\$00	92.85%
<b>TOTAL</b>	<b>34.961.156\$00</b>	<b>100%</b>

A presente proposta corresponde a uma distribuição de dividendos de aproximadamente 649\$22 por ação.

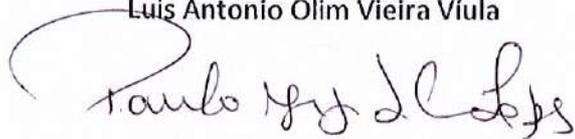
Praia, 27 de março de 2020

O conselho de Administração



Gonçalo Muller Sousa Andrade Delgado

Luis António Olim Vieira Víula



Paulo Jorge Da Silva Lopes



## **Demonstrações Financeiras**

**Exercício Económico de 2019**

Cidade da Praia, 27 de março de 2020

**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**  
**NIF: 279859805**  
**SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia**

**BALANÇO em 31 de DEZEMBRO de 2019**

Montantes expressos em escudos Caboverdianos

RUBRICAS	NOTAS	Data
		31/12/2019
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico		3 839 366
Equipamento de transporte	4	958 062
Equipamento administrativo		5 335 079
Outros ativos fixos tangíveis		3 508 123
Outros ativos financeiros	5	50 000 000
		<b>63 640 630</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	6	7 429 295
Clientes	7	11 293 499
Estado e outros entes públicos	8	3 855 893
Outras contas a receber	9	416 027 106
Diferimentos	10	12 404 602
Caixa e depósitos bancários	11	133 272 348
		<b>584 282 744</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>647 923 374</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital Próprio</b>		
Capital realizado	12	50 000 000
Resultado líquido do período		34 961 156
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>84 961 156</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	13	154 456 429
Estado e outros entes públicos	8	17 738 394
Financiamentos obtidos	14	260 234 950
Outras contas a pagar	15	130 532 445
		<b>562 962 218</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>562 962 218</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>647 923 374</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado      O Diretor Financeiro      O Conselho de Administração

*[Assinaturas manuscritas]*

*Paulo José de Sousa*

**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**  
**NIF: 279859805**  
**SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**COMPREENDIDO ENTRE 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Montantes expressos em escudos Caboverdianos

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>PERÍODO 2019</b>
Vendas e prestações de serviços	16	453 416 270
Subsídios à exploração	17	252 062 350
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(129 861 792)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>575 616 828</b>
Fornecimentos e serviços externos	18	(471 605 274)
<b>Valor acrescentado bruto</b>		<b>104 011 554</b>
Gastos com o pessoal	19	(89 557 425)
Outros rendimentos e ganhos	20	45 341 629
Outros gastos e perdas		(1 126 606)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>58 669 152</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(783 739)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>57 885 413</b>
Juros e gastos similares suportados	21	(12 543 787)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>45 341 627</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(10 380 471)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>34 961 156</b>

<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>		
Detentores do capital da empresa-mãe		<b>34 961 156</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>1 316</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de  
Administração

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.

NIF: 279859805

SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

Demonstração das alterações no capital próprio para o período compreendido entre 23 de Maio de 2019 (data de constituição) e 31 de Dezembro de 2019

Montantes expressos em escudos cabo verdianos

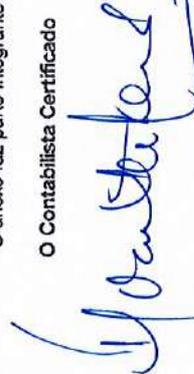
DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Resultado líquido do período	Total
Posições no início do exercício (23 de maio de 2019 (data de constituição))	1	25 500 000	-	25 500 000
Alterações referentes a rendimentos e ganhos reconhecidos no período			34 961 156	34 961 156
Resultado líquido do período			34 961 156	34 961 156
Operações com os detentores de capital no período	2			
Aumento de capital social		24 500 000		24 500 000
Posições no fim do período 2019	3	24 500 000	-	24 500 000
	4=1+2+3	50 000 000	34 961 156	84 961 156

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração





**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**

**NIF: 279859805**

**SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Montantes expressos em escudos Caboverdianos

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		2019
<b>Método Direto</b>		
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes		345 856 472
Pagamentos a fornecedores		-358 420 927
Pagamentos ao pessoal		-71 574 603
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-84 139 058</b>
Pagamento/ recebimento do Imposto sobre o rendimento		0
Outros recebimentos / pagamentos		-13 236 878
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>-97 375 937</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis		-15 807 216
Outros ativos	5	-50 000 000
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>-65 807 216</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		259 122 752
Realizações de capital	12	50 000 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Juros e gastos similares		-12 667 251
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento (3)</b>		<b>296 455 501</b>
<b>Variação da Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		
Efeito das diferenças de câmbio		0
Caixa e depósitos bancários no início do período		0
Caixa e depósitos bancários no fim do período	3/11	133 272 348

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado  


O Diretor Financeiro  


O Conselho de Administração  


 Paulo João de Lencastre 4

## ÍNDICE

0.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
1.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	7
3.	FLUXOS DE CAIXA .....	15
4.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	15
5.	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	16
6.	INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	16
7.	CLIENTES.....	16
8.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	17
9.	OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	18
10.	DIFERIMENTOS.....	18
11.	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....	19
12.	CAPITAL SUBSCRITO.....	19
13.	FORNECEDORES.....	20
14.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	20
15.	OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	21
16.	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	21
17.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO .....	21
18.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	22
19.	GASTO COM PESSOAL .....	22
20.	OUTROS RENDIMENTOS .....	23
21.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS .....	23
22.	RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO .....	23
23.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO .....	23
24.	PARTES RELACIONADAS .....	24
25.	RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO .....	24
26.	GARANTIAS .....	25
27.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	25
28.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	25

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23/05/2019 e 31/12/2019

### 0. NOTA INTRODUTÓRIA

Denominação Social: Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos S.A. ("Empresa")

NIF: 279859805

Sede: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

Atividade: Transportes Marítimos de passageiros e cargas

Início de atividade: 2019

O capital social da Empresa, totalmente realizado no montante de 50.000.000 CVE (Cinquenta milhões de escudos), é detido em 51% pelo agrupamento vencedor do concurso limitado por prévia qualificação para concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, sendo 35,7% pertencente à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares S.A. e 15,3% à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares de Cabo Verde, S.A., e 49% detido por armadores nacionais Cabo-Verdianos, cumprindo assim o estipulado no nº 1 da cláusula 3ª do caderno de encargos, parte integrante do contrato de concessão.

A exploração da atividade da Empresa tem como principal objetivo o cumprimento do contrato de concessão assinado entre o Estado Cabo-verdiano e o agrupamento, cujas principais cláusulas são as seguintes:

**Objeto:** concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

**Prazo:** A concessão é atribuída por um prazo de 20 (vinte) anos, a contar de 15 de fevereiro de 2019.

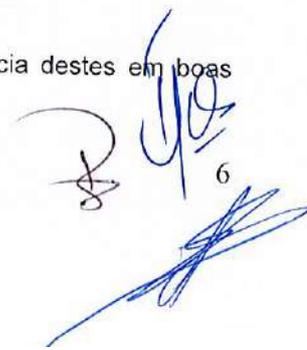
**Regime da Concessão:** a concessão é estabelecida em regime de exclusividade, abrangendo apenas o serviço público, ficando o mercado aberto aos operadores que nela atuam. A concessionário obriga-se a suportar, por sua conta e risco, todos os encargos resultantes da exploração da concessão.

**Princípios de atuação:** a concessionária garante que a prestação do serviço público decorre na estrita observância dos princípios da universalidade, continuidade e regularidade, da igualdade, da adaptação às necessidades, da qualidade, eficiência e segurança.

**Direitos da concessionária:** explorar o serviço em regime de exclusividade; cobrar os serviços prestados de acordo com as tarifas aprovadas pela reguladora; receber pontualmente a eventual indemnização compensatória a ser paga pelo Estado pela prestação do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas.

#### Cláusulas Técnicas:

1. Prestar o serviço público em todo o território nacional, visando assegurar um serviço seguro, regular, eficiente e servir de forma unificada todo o mercado nacional de transporte marítimo de passageiros e carga;
2. Afetar à exploração uma frota de cinco navios, assegurando a permanência destes em boas condições de exploração, com as seguintes características:



Handwritten signature and date: 8/10/19

- 2.1. Arvorar a bandeira cabo-verdiana;
  - 2.2. Estarem registadas no registo convencional de navios;
  - 2.3. Ropax (passageiros e carga);
  - 2.4. Velocidade não inferior a 15 nós;
  - 2.5. Idade igual ou inferior a 15 anos;
3. Possuir uma equipa com perfil e competências adequadas à exploração do serviço compreendido na concessão.

A Empresa iniciou a sua atividade operacional em 15 de agosto de 2019.

## **1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 27 de março de 2020.

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas usadas na elaboração das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para estes elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



**2.2. Derrogação das disposições SNCRF**

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, foram cumpridas todas disposições previstas no SNCRF.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da CV INTERILHAS – Transportes Marítimas, S.A., são apresentadas em escudos. O escudo é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Moeda		CVE
Euro	1 EURO	110,265 CVE

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e gastos suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos", para todos os outros saldos/transações.

**2.4. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta (quotas constantes).

As principais taxas anuais aplicadas são:

Classe de ativos fixos tangíveis	Anos
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo	33,33%



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" incluídas na demonstração dos resultados por naturezas.

As vidas úteis e método de depreciação são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração dos resultados por naturezas prospectivamente.

## 2.5. Ativo fixo tangível em regime de locação

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. Os pagamentos efetuados são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

De realçar, contudo, que para atender ao início de operações, em seis meses após a assinatura do contrato de concessão, a Empresa contratualizou o afretamento de cinco navios com as seguintes características:

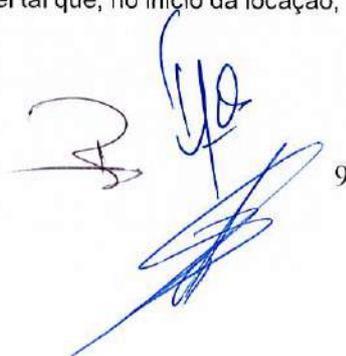
Navio	Fretador	Ano de construção	Velocidade	Tipo Contrato
LIBERDADI	Cabo Verde Fast ferry, S.A.	2010	20 nós	Fretamento em casco nu
KRIOLA	Cabo Verde Fast ferry, S.A.	2010	20 nós	Fretamento em casco nu
PRAIA D' ADGUADA	Cabo Verde Fast ferry, S.A.	1999	12 nós	Fretamento em casco nu
INTERILHAS	Polaris CIA, S.A.	1970	10 nós	Fretamento em casco nu
SOTAVENTO	Polaris CIA, S.A.	1987	10 nós	Fretamento em casco nu

Atendendo que as características dos navios afretados não atendem às cláusulas técnicas do contrato de concessão, nomeadamente em termos de idade, velocidade e capacidade, de acordo com o mesmo contrato, a Empresa terá de proceder à substituição da sua frota no curto prazo.

De acordo com os contratos de afretamento, este pode ser denunciado, por escrito, pelo Afretador, com a antecedência mínima que varia entre 90 a 180 dias, sem originar para o afretador qualquer ónus ou direito superveniente ao ato da denúncia.

Assim, atendendo à prevalência da substância dos contratos acima mencionados sobre a sua forma, os mesmos classificam-se como locações operacionais uma vez que não cumprem os seguintes critérios que qualificam as locações financeiras:

- (a) a locação transfere a propriedade do ativo para o locatário no fim do prazo da locação;
- (b) o locatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível tal que, no início da locação, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;



(c) o prazo da locação abrange a maior parte da vida económica do ativo ainda que o título de propriedade não seja transferido;

(d) no início da locação o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos, substancialmente, todo o justo valor do ativo locado; e

(e) os ativos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem que sejam feitas grandes modificações.

#### **2.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis**

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

#### **2.7. Inventários**

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição (o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de despesas adicionais e compra) e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra, custos de transporte e outros custos diretamente relacionados, quando não incluídos no próprio preço de compra. Os inventários referem-se, essencialmente, ao gásóleo existente nos depósitos dos navios.

O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 6).

#### **2.8. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo ou ao custo amortizado.

São mensurados ao “custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.



10

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a. Contas a receber de clientes e outros devedores**

Os saldos de clientes e outros devedores são registados inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

**c. Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**d. Financiamentos bancários**

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

**(i) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.



11

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

## **(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **2.9. Capital próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital social não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

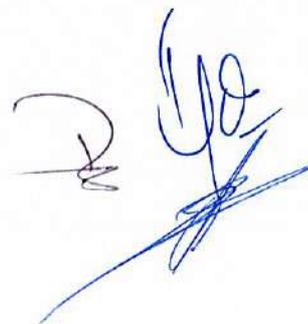
### **2.10. Reconhecimento do rédit**

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efetuadas.

### **2.11. Subsídios à exploração**

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.



12

## 2.12. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

### (i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

### (ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

### (iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites de crédito para os clientes e dado as vendas serem efetuadas a pronto pagamento, na sua maioria, não se considera existir concentração de risco de crédito.

### (iv) Risco de liquidez

A Sociedade apresenta fundo de maneo positivo na ordem dos CVE 21.320.526, espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez. Recorre, entretanto, em 2019 a financiamento bancário para fazer face a necessidades de tesouraria.

## 2.13. IRPC (Imposto único sobre o rendimento das pessoas coletivas) e impostos diferidos

O CIRPC estipula que o rendimento tributável das pessoas coletivas é determinado com base no resultado do exercício antes de imposto, sem dispensa de ajustados dos custos e proveitos não aceites fiscalmente. A taxa de IRPC é de 22% ao qual acresce 2% relativo à taxa de incêndio.

O mesmo código estipula taxas de tributação autónoma, sobre determinadas despesas, independentemente de a empresa apresentar resultado positivo ou não.

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde ao somatório dos impostos correntes com os impostos diferidos do período. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos e suscetíveis de dedução, não podendo a dedução em cada exercício ser superior a 50% do lucro tributável apurado.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos.

Os impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos correspondentes ativos e passivos e a respetiva base fiscal. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor (formalmente emitidas na data de relato) ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.



13

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

#### **2.14. Provisões, passivos e ativos contingentes**

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **2.15. Especialização de exercício**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de "Outras contas a pagar" e "Outras contas a receber".

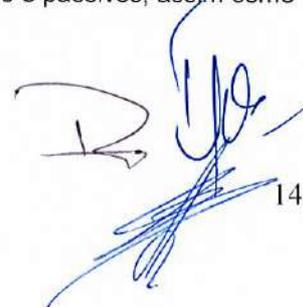
#### **2.16. Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

#### **2.17. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação de políticas contabilísticas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e julgamentos, utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.



14

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Imparidade de outros créditos a receber

A Empresa considera que os julgamentos efetuados são apropriados e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a sua posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a doze meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

### 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas durante o período compreendido entre a data da constituição da Empresa e 31 de dezembro de 2019 decompõem-se como segue:

Variação em 2019	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor líquido inicial	-	-	-	-	-
Aquisições	3 946 307	1 050 454	5 919 485	3 508 123	14 424 369
Depreciações do exercício	(106 941)	(92 392)	(584 406)	-	(783 739)
<b>Valor Líquido</b>	<b>3 839 366</b>	<b>958 062</b>	<b>5 335 079</b>	<b>3 508 123</b>	<b>13 640 630</b>

As adições compreendem essencialmente (i) em Equipamento Básico, equipamentos para o armazém de tratamento de carga no porto da Praia (1.594.927 CVE) e a construção de rampas metálicas para o navio San Gwan (1.647.796 CVE); essas rampas são propriedade da Empresa e poderão ser usadas em outros navios; (ii) em Equipamento de transporte, a aquisição de duas viaturas para consolidação e transporte de carga e bagagem dos passageiros, (iii) em Equipamento Administrativo,

a aquisição de equipamentos informáticos e de escritório e (iv) em Outros ativos fixos tangíveis em curso, trabalhos complementares aos trabalhos de remodelação e adaptação do armazém de tratamento de carga no porto da Praia.

#### 5. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica compreende o saldo do depósito a prazo no montante de 50.000.000 CVE, constituído penhor a favor da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), pelo prazo de 20 (vinte) anos, em garantia de todas as responsabilidades emergentes do contrato de garantia bancária emitida pela CECV a favor do Estado de Cabo Verde, no montante de 77.884.402 CVE, destinado a garantir a boa execução do Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

#### 6. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo de Inventários, no valor de 7.429.285 CVE, representam o custo de aquisição do gasóleo existente nos depósitos dos navios na data do balanço.

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas destina-se a registar a quantia das matérias-primas, subsidiárias e de consumo de propriedade da Empresa. O saldo é detalhado conforme segue:

	<b>2019</b>
Saldo inicial	-
Compras	137 291 087
Saldo final	7 429 295
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	129 861 792

#### 7. CLIENTES

A rubrica de clientes em 31 de dezembro de 2019 é detalhada como segue:

	<b>2019</b>
ETE LOGISTICA	4 246 162
MOAVE	1 704 907
CV TRANSIT E AGENC. DE NAVIOS LDA	1 088 187
Tecniciil Indústria	773 890
UPRANIMAL	475 236
CV TRANSIT CARGAS	445 727
CAVIBEL	289 159
CASA C EMILIA PIRES	275 179
F ARMADAS C LOGISTICA	260 236
TRANSINSULAR CABO VERDE	218 154
TRANSPORTES	175 922
PRAIATUR	175 434
MINI MERCADO CINTIA E IRMAOS	103 589
PROLACT LDA	103 035
CAMARA MUNICIPAL SAO FILIPE	958 682
Outros (inferior a 100.000 CVE)	11 293 499



  
 16

Não é considerado necessário, em 31 de dezembro de 2019, qualquer ajustamento para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

		<b>2019</b>
<b>Saldos Devedores</b>		
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	(i)	3 677 946
Imposto único sobre rendimentos		177 947
		<u>3 855 893</u>
<b>Saldos Credores</b>		
Imposto sobre lucros - estimado exercício 2019	(ii)	10 380 471
Contribuições para a Previdência Social	(iii)	4 565 588
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares	(iii)	2 792 335
		<u>17 738 394</u>

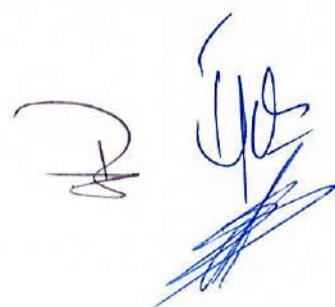
### (i) IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

Corresponde ao valor do IVA a receber do Estado referente ao mês de dezembro de 2019.

### (ii) Estimativa do Imposto sobre lucros do exercício

O encargo do exercício, evidenciado na Demonstração dos resultados, foi calculado como segue:

	<b>2019</b>
Resultado antes de impostos	45 341 627
Outros gastos / (proveitos não tributados) não aceites	695 673
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	46 037 300
Taxa nominal agregada de imposto sobre o rendimento	22%
	<u>10 128 206</u>
Diferenças permanentes:	
Tributação autónoma	49 701
	<u>49 701</u>
Taxa de Incêndio	<u>202 564</u>
Total de Imposto sobre o rendimento do período	<u><u>10 380 471</u></u>



**(iii) Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares/Contribuições para a Previdência Social**

O saldo compreende (i) contribuições da Sociedade para a previdência social e (ii) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal (CVE 2.725.108) e de trabalhadores independentes (CVE 67.227), liquidadas em janeiro de 2020.

**9. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de outras contas a receber é como segue:

	<b>2019</b>
Agentes	
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	49 114 090
Polar Lda.	37 105 026
Navex - Cabo Verde	20 861 032
Outros	9 093 492
Devedores por acréscimos de rendimentos	297 764 969
Pessoal	2 088 497
	<b>416 027 106</b>

Os valores a receber de Agentes resultam da emissão de bilhetes de passagem e ordens de embarque, processados em nome da Empresa.

O saldo de 297.764.964 CVE em Devedores por acréscimo de rendimentos, compreende a estimativa da indemnização compensatória pela prestação de serviço público, nos termos do contrato de concessão (Notas 17 e 20).

**10. DIFERIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da rubrica "Diferimentos" é como segue:

	<b>2019</b>
Seguros	3 066 334
Dragagem	3 000
Outros gastos a reconhecer	9 335 267
	<b>12 404 602</b>

O saldo de 9.334.267 CVE em Outros gastos a reconhecer diz respeito à Licença FerryCloud e ao afretamento do San Gwan.

**11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de caixa e depósitos bancários é detalhada da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	2019
Caixa	140 000
Depósitos bancários à ordem	
Caixa Económica de Cabo Verde	69 865 233
IIB-International Investment Bank	63 267 115
	<b>133 272 348</b>

**12. CAPITAL SUBSCRITO**

Os movimentos registados nesta rúbrica encontram-se evidenciados na Demonstração de alterações no capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital Social da Empresa, ascende a 50.000.000 CVE, totalmente subscrito e realizado, composto por 50.000 ações nominativas de valor nominal de 1.000 escudos cada, detido pelas seguintes entidades:

Acionista	% detida	Capital detido
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares SA	36%	17 850 000
Transinsular-Transp.Marítimos Insulares de Cabo Verde SA	15%	7 650 000
Polaris CIA-Companhia Nac. de Naveg., SA	10%	4 840 000
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda. (*)	3%	1 360 000
Biniline-Soc. Unipessoal, Lda. (*)	5%	2 420 000
Oceanmade Lda. (*)	5%	2 420 000
UTM União de Transportes Marítimos, Lda. (*)	5%	2 420 000
Jô Santos & David, Lda.	5%	2 420 000
José Eduardo Lopes Spencer (*)	5%	2 420 000
José Augusto Gomes Lima (*)	5%	2 420 000
Adriano António Lima (*)	5%	2 420 000
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda. (*)	3%	1 360 000
	100%	50 000 000

(\*) As ações dos acionistas identificados foram realizadas com recurso financeiro do Estado de Cabo Verde, que detém, por isso, penhora sobre as mesmas.

**13. FORNECEDORES**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>2019</b>
<b>Nacionais</b>	
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	61 449 575
Enapor Portos de Cabo Verde	18 198 159
Polar Agência Marítima de Navegação Lda	15 035 799
Navex - Cabo Verde	12 319 756
Polaris Cia, S.A.	2 148 070
Transinsular Cabo Verde	1 802 156
ETE Logística	1 374 687
Outros	2 279 552
	<u>114 607 754</u>
<b>Internacionais</b>	
S&C Gestão de Navios e Tripulação Lda	33 571 864
The West of England Insurance (Luxembourg), SA	1 940 706
Wide Travel - Viagens e Turismo, Lda	1 638 404
ETG - Transp. Gestão, S.A.	1 385 590
Outros	1 312 111
	<u>39 848 675</u>
	<u>154 456 429</u>

Os saldos a pagar à Cabo Verde Fast Ferry são devidos pelo afretamento dos navios Kriola, Liberdade e Praia D'Águada e pelos serviços de agenciamento marítimo prestados nas ilhas do Fogo e da Brava.

A dívida a pagar à Enapor relaciona-se com os serviços portuários prestados à Empresa.

Os saldos a pagar à Polar e Navex, são devidos pelos serviços de agenciamento marítimo e pelos débitos das despesas pagas por conta e ordem da Empresa.

A dívida a pagar à S&C relaciona-se com abastecimentos de combustíveis, despesas de manutenção e reparação e serviços de gestão técnica dos navios.

**14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>2 019</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>	
Crédito Caixa Económica	129 561 376
Crédito IIB	130 673 574
	<u>260 234 950</u>

O saldo desta rubrica corresponde ao valor utilizado no quadro do contrato de crédito assinado com a Caixa Económica de Cabo Verde e o International Investment, Bank, S.A., conjuntamente na qualidade de Entidades Credoras, para fazer face ao défice de funcionamento da atividade no quadro do contrato de concessão, até ao montante de 518.245.500 CVE.

O empréstimo tem a duração de um ano, renovável e vence juros à taxa de 7%. Os adiantamentos efetuados ao longo de cada trimestre contratual serão reembolsados juntamente com os juros, na data de vencimento destes. Encontra-se garantido por aval do Estado de Cabo Verde.

#### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica outras contas a pagar, regista todos os movimentos relativos a trabalhos essenciais ao desenvolvimento da atividade operacional da empresa.

		<b>2 019</b>
Outras contas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos		127 475 284
Outros credores		2 078 812
Outras contas a pagar		978 349
		130 532 445

O valor de 127.475.284 CVE diz respeito na sua maioria aos custos com docagem do Kriola e Praia D' Aguada e de custos normais da atividade cujas faturas só chegaram em 2020.

#### 16. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Do início das operações, em 15 de agosto de 2019 a 31 de dezembro de 2019 foram transportados um total de 217.604 passageiros, 16.321 viaturas e 9.473 de toneladas de carga.

		<b>2019</b>
Vendas a bordo		647 140
Passageiros e carga		452 769 130
		453 416 270

#### 17. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde à estimativa da indemnização compensatória a ser atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas), nos termos do número 2 da cláusula 23ª do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato.

A compensação dos prejuízos é calculada com base nos resultados operacionais apurados em função das receitas obtidas na exploração do serviço concessionado e dos custos elegíveis, de acordo com a fórmula seguinte:

Resultados = Receitas de Exploração - Custos Elegíveis.

Assim, não havendo custos não elegíveis, a indemnização compensatória corresponde ao resultado, negativo, antes de impostos do período.

**18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

		2019
<b>Fornecimentos e Serviços Externos:</b>		
AFRETAMENTOS	(i)	162.336.818
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	(ii)	92.748.623
DESPESAS COM CARGA E DESCARGA	(iii)	51.723.018
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	(iv)	46.188.136
DESPESAS COM AGÊNCIAS	(v)	33.631.924
RENDAS E ALUGUERES	(vi)	23.097.969
DESPESAS COM NAVIOS	(vii)	17.770.233
SEGUROS		6.443.532
OLEOS E LUBRIFICANTES		3.698.132
LMROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		3.602.594
PUBLICIDADE E PROPAGANDA		3.492.140
OUTROS NÃO DETALHADOS		26.872.156
		<b>471.605.274</b>

- (i) Representa os gastos com o afretamento dos seis navios, atualmente afetos à concessão.
- (ii) Referem-se, essencialmente, aos gastos de manutenção e conservação dos navios resultantes da docagem do Praia d' Aguada e do Kriola.
- (iii) O saldo desta rubrica compreende essencialmente as taxas de tráfego e estiva de mercadorias e taxas de porto para cargas cobradas pela Enapor.
- (iv) O saldo desta rubrica está relacionado com os serviços de assistência técnica, assessoria jurídica, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação, e outras despesas necessárias à montagem do projeto e início de operações da Empresa.
- (v) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões pagas pelos serviços de agenciamento marítimo e as comissões de venda às agências de viagem pela venda de bilhetes.
- (vi) Compreendem (a) rendas dos armazéns, das instalações administrativas e de habitação para alojamento de colaboradores e (b) alugueres de viaturas ligeiras para transporte de pessoal e carga e de viaturas pesadas e outros equipamentos de apoio ao armazém.
- (vii) Representam as taxas portuárias cobradas aos navios de cabotagem;

**19. GASTO COM PESSOAL**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>2019</b>
Remunerações do pessoal	48 686 198
Encargos sobre remunerações	11 065 729
Seguro de acidentes de trabalho	2 051 028
Outros gastos com o pessoal	<u>27 754 470</u>
	<u>89 557 425</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 142.

Os Outros gastos com pessoal compreendem a formação profissional externa, subsídios pagos aos colaboradores que estão a trabalhar nas embarcações, subsídios de transporte, entre outros.

## 20. OUTROS RENDIMENTOS

O saldo desta rubrica corresponde à remuneração da concessionária no montante de CVE 45.341.627 a ser atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas, nos termos do número 2 da cláusula 23ª do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato.

A remuneração da concessionária corresponde a 10% das Vendas e Prestação de serviços.

## 21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários, no montante de 12.543.787 CVE (ver Nota 14).

## 22. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2019, as responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço, relacionam-se, essencialmente, com as rendas de locação operacional das embarcações no pressuposto que as locações vão até ao ano de 2022. Os montantes totais dos pagamentos mínimos futuros são os seguintes:

Navio	Valor diário	2 020	2 021	Após 2021
LIBERDADI	193 864	70 760 360	70 760 360	70 760 360
KRIOLA	193 864	70 760 360	70 760 360	70 760 360
PRAIA D' ADGUADA	138 461	50 538 265	50 538 265	50 538 265
INTERILHAS	180 000	65 700 000	65 700 000	65 700 000
SOTAVENTO	76 500	27 922 500	27 922 500	27 922 500
SAN GWAN	854 283	103 368 183	-	-
		<u>389 049 668</u>	<u>285 681 485</u>	<u>285 681 485</u>

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são

reconhecidos quando eles ocorrerem (e não quando caixa e equivalentes sejam reconhecidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

#### 24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte composição:

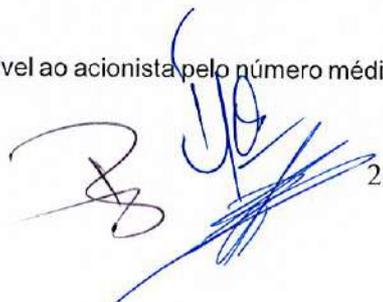
	Partes relacionadas / Saldos em 31/12/2019	Ativo corrente		Passivo corrente		
		Nome	Clientes (Nota 7)	Outras contas a receber (Nota 9)	Outras contas a pagar (Nota 15)	Fornecedores (Nota 13)
Acionista	Transinsular-Transp. Marítimos Insulares S.A. Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A.			-	22 638 509	1 802 156
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	4 246 162	20 861 032	3 573 788	12 319 756	
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.		-	210 863	1 374 687	
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda.		-	5 013 750	33 571 864	
	E.T.G.-Tansp. Gestao S.A.		-		1 385 590	
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A.				462 550	
	<b>Total</b>	<b>4 246 162</b>	<b>20 861 032</b>	<b>31 436 910</b>	<b>50 916 603</b>	

As principais transações com entidades relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são apresentadas no quadro seguinte:

	Partes relacionadas	Prestações de serviços	Compras de mercadorias	Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos
		2019	2019	2019
Acionista	Transinsular-Transp. Marítimos Insulares S.A. Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A.			0
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	17 593 285	405 883	36 935 502
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.			1 351 723
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda.		99 171 084	33 857 747
	E.T.G.-Tansp. Gestao S.A.			1 385 590
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A.			462 550
	<b>Total</b>	<b>17 593 285</b>	<b>99 612 186</b>	<b>88 569 272</b>

#### 25. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado atribuível ao acionista pelo número médio ponderado de ações, como segue:



24

	<b>2 019</b>
Resultado atribuível aos acionistas	34 961 156
Nº médio ponderado de ações	26 944
Resultado por ação básico	<u>1 298</u>

## 26. GARANTIAS

Além das referidas na Nota 5, não existem outras garantias prestadas pela Empresa.

## 27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários do Revisor Oficial de Contas:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, os honorários com serviços de Revisão Legal de Contas, ascenderam a 820.000 CVE.

### Remunerações Conselho de Administração:

Os administradores durante o ano de 2019 não auferiram qualquer remuneração.

### Remuneração Órgão de Fiscalização:

O montante anual auferido pelos membros do Órgão de Fiscalização ascendeu a 400.000 CVE.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dando cumprimento ao estipulado no contrato de concessão e ao plano de substituição dos navios da frota, a Empresa assinou, em janeiro de 2020, o contrato de afretamento do navio ropax Chiquinho BL, construído em 2019, com capacidade para 430 passageiros e velocidade de 15 nós.

A pandemia da Covid-19 levou a uma interrupção abrupta do funcionamento da economia, o que tem causado efeitos nas empresas a nível mundial, não sendo Cabo Verde uma exceção.

Os negócios e transações das empresas podem ser afetados dada a sua exposição a mercados com maior risco ou a setores económicos onde a infeção por Covid-19 tem efeitos mais notórios. As interrupções do circuito económico, as limitações de fornecimento de bens e serviços, os incumprimentos contratuais, a diminuição de receitas e de liquidez, entre outros, são circunstâncias que podem também alterar as expectativas das empresas no que respeita à sua situação económica e financeira.

Relativamente à CVI, os efeitos da pandemia também já se começam a sentir. Registou-se em meados de março de 2020 uma quebra de movimento na ordem de 10% nas viaturas e 20% em passageiros.

As medidas impostas pelo Governo em limitar inicialmente a lotação dos navios a 50% da sua capacidade e, posteriormente, a suspensão do transporte de passageiros irá acentuar aquela redução no que respeita aos passageiros. No que concerne ao movimento de carga, não é expectável que venha a sofrer interrupções, dado ser fundamental que as populações mantenham o abastecimento de bens essenciais.

A Empresa está a analisar os possíveis impactos que decorram deste assunto, nomeadamente a possível suspensão total do tráfego de passageiros. Esta análise inclui a robustez da tesouraria da Empresa e a possibilidade de recurso a fontes de financiamento em caso de necessidade. Contudo,



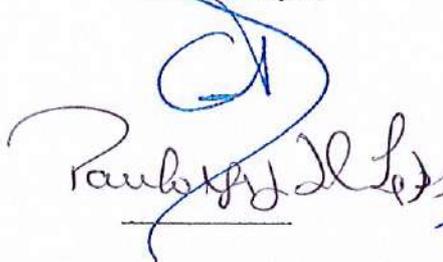
estima-se que o impacto, ainda que venha a ser material, não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

A Administração,

O Diretor Financeiro

Contabilista Certificado,

  
Paulo Roberto de Lencastre

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Florentino Gomes Cardoso  
Inscrito na OPACC  
Cédula Profissional nº 517



**CV INTERILHAS**

**PARECER DO FISCAL UNICO**

**Relatório e Contas de 2019**

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2019 a actividade da CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, SA, examinamos os registos contabilísticos, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos e informações solicitados.

O Relatório e Contas de 2019, o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração do Fluxo de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados são adequados e merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

Que sejam aprovados o Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019;

Cidade da Praia, 30 de Março de 2020

O Fiscal Único



Jenny Palmira Oliveira Vera-Cruz

Auditora Certificada (OPACC # 10)



**CV INTERILHAS**

## **Relatório do Auditor Independente**

**Relatório e Contas de 2019**



## Relatório do Auditor Independente

### *Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

### *Bases para a opinião*

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

### *Outra informação – relatório de gestão*

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

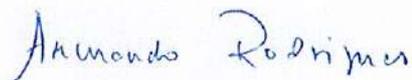
a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

31 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
– Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado